



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

12
1

186

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0193451-8/01

EMBARGANTE: FUNAPE - Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.

EMBARGADOS: Ivonete Jovelina da Silva Dias e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. PENSÕES DEVIDAS PELO ENTE PREVIDENCIÁRIO ESTADUAL, COM AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.

1. Aplica-se à espécie o princípio *tempus regit actum*, pela razão evidente de que, à época dos óbitos, os instituidores das pensões em lume, não obstante servidores municipais, eram vinculados ao sistema previdenciário estadual. 2. É irrelevante, pois, no que tange à esfera jurídica dos pensionistas embargados, que os Municípios empregadores não mais estejam repassando para a autarquia embargante as respectivas contribuições patronais, em função da derrogação legal dos convênios anteriormente existentes para esse fim, sendo tal questão estranha ao vínculo formado entre os pensionistas e a autarquia previdenciária por ocasião dos eventos morte. 3. Por outro lado, é incontroverso o fato de que quem vêm pagando as pensões em tela (em confissão implícita de responsabilidade, eis que juridicamente impossível cogitar de liberalidade por parte de ente público) são as autarquias previdenciárias (FUNAPE/IRH), sendo certo, consoante assinalado na decisão embargada, que *"a definição do respectivo quantum, em correspondência com o valor integral das remunerações que receberiam os servidores falecidos, se vivos estivessem, por força do direito à paridade, revela-se mera decorrência lógico-jurídica da obrigação-base"*. 4. Não se vislumbra na Lei Federal nº 9.717/98 vedação de pagamento, por autarquia previdenciária estadual, de pensões de servidores municipais, concedidas (ou com direito adquirido à concessão) anteriormente à sua vigência, uma vez que aquele diploma legal, como a generalidade das leis, destina-se a reger fatos futuros, e não a alterar situações jurídicas já anteriormente consolidadas. 5. Tanto assim é que o próprio art. 10 daquela norma assevera que os instituidores dos regimes próprios de previdência social assumirão integralmente, no caso de sua extinção, *"a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social"*. 6. Com efeito, as autarquias previdenciárias estaduais são responsáveis pelo pagamento das pensões aos servidores municipais, daí derivando a incidência e a aplicação, no caso, do art. 40, e seus correspondentes parágrafos, da Constituição Federal. 7. Ainda no ponto, ressaltou-se que a vantagem conhecida como *"gratificação pó de giz"* (fls. 59 da AC nº 0193451-8) deriva do exercício normal das atribuições próprias do cargo de professor, razão pela qual não tem natureza *propter laborem*, devendo, pois, compor os valores da pensão da embargada Maria do Socorro Sales Ramos. 8. No tocante à

R
5526

75



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

13

1

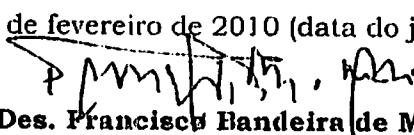
117

alegação de ofensa aos princípios federativo e da autonomia dos entes políticos, sobre os quais dispõem os arts. 1º e 18 da Carta Constitucional, observou-se que a obrigação de pagamento de pensão integral e paritária nada tem de ofensiva ao equilíbrio federativo, por ser característica mesma do próprio sistema previdenciário, no regime antecedente (aplicável à espécie) a vinculação, por efeito reflexo, das obrigações do ente pagador (autônomo do ponto de vista administrativo e financeiro) em relação à política remuneratória da entidade empregadora, independentemente de ser esta municipal ou estadual. 9. A decisão embargada, além de clara em seus próprios termos, está assentada em fundamentos suficientes. 10. Inexistência das alegadas omissões. 11. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0193451-3/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 4 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

14

118

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0193451-8/01
EMBARGANTE: FUNAPE - Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco.
EMBARGADOS: Ivonete Jovelina da Silva Dias e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para fins de prequestionamento, interpostos pela **FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco** em face de supostas omissões do acórdão emanado desta Oitava Câmara Cível, que deu provimento parcial à apelação (processo nº 0193451-8) em ordem a (i) afastar o comando sentencial de extinção do processo sem resolução do mérito, e, em seqüência, mediante aplicação do direito à espécie (com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC), (ii) conceder parcialmente a segurança, assegurando às impetrantes/apelantes o direito à percepção de pensão integral e paritária, excluindo-se, todavia, das pensões das apelantes **Ivonete Jovelina da Silva Dias e Maria do Carmo das Chagas** o pagamento das vantagens denominadas "Insalubridade", "Gratificação de Risco de Vida" e "Hora Extra Noturna", que têm caráter *propter laborem*.

O acórdão da apelação, ora embargado, restou ementado nos seguintes termos:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDORES PÚBLICOS. VIÚVAS. DIREITO À PERCEPÇÃO DA INTEGRALIDADE DAS PENSÕES E ÀS DIFERENÇAS ACUMULADAS E NÃO PAGAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO APELO. 1. Afastada a extinção do feito, por ausência de prova pré-constituída, decretada em primeiro grau, eis que as apelantes juntaram à inicial documentos suficientes à propositura da ação (fls. 16/66), comprobatórios das suas condições de viúvas/filha inválida de servidores públicos municipais e bem assim de seu direito à percepção da integralidade dos benefícios de pensão por morte aos quais fazem jus, nos termos da jurisprudência de há muito pacífica. 2. Aplicação, em seqüência, do permissivo encartado no art. 515, § 3º, do CPC. 3. Ainda no plano processual, afastou-se a alegação de decadência do direito das impetrantes/apelantes quanto à interposição do presente mandamus, tendo em vista tratar-se de prestações de trato sucessivo, caso em que o prazo decadencial renova-se a cada mês, com o recebimento a menor de seus benefícios de pensão por morte. 4. No plano de fundo, verifica-se que as impetrantes/apelantes são pensionistas de ex-servidores públicos municipais desde antes da reforma previdenciária operada pela Emenda Constitucional nº 20/98 (que criou a obrigatoriedade dos regimes próprios de previdência social para União, DF, Estados e Municípios), tendo todo o seu período contributivo sido destinado ao IPSEP. 5. A garantia constitucional de percepção de pensão integral às viúvas e dependentes de servidores públicos (existente à época) era auto-aplicável, obrigatória e cogente para todos os entes federados. 6. O raciocínio em tela não se altera pelo fato de os servidores, de cujos falecimentos derivaram as pensões em causa, terem sido vinculados a município anteriormente conveniado à autarquia previdenciária estadual, para fins de arrecadação e pagamento de benefícios. 7. Com efeito, os fatos constitutivos do direito ao pensionamento (os eventos mortes dos servidores que, não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

obstante municipais, eram então vinculados ao sistema previdenciário estadual), ocorreram antes da edição da Lei Federal nº 9.717/98. 8. Seguindo a máxima romana *tempus regit actum*, a lei vigente na data do fato gerador do benefício (in casu, as datas dos óbitos), é a que rege os termos de sua concessão. 9. A responsabilidade pelo pagamento das pensões em lume é do ente previdenciário estadual. 10. Uma vez fixada a obrigação pelo pagamento, a definição do respectivo quantum, em correspondência com o valor integral das remunerações que receberiam os servidores falecidos, se vivos estivessem, por força do direito à paridade, revela-se mera decorrência lógico-jurídica da obrigação-base. 11. Por outro lado, observa-se que as impetrantes/apelantes instruíram a inicial com as certidões/declarações de fls. 24, 34, 45, 52, 59 e 66, as quais noticiam os valores dos vencimentos/proventos que os ex-segurados receberiam se vivos estivessem. 12. Pretendem, dessarte, configurar o ato lesivo ao seu direito à integralidade, mediante o cotejo dos demonstrativos de pagamento de suas pensões (fls. 20/22, 29/30, 41/42, 49, 56 e 63) e as respectivas certidões/declarações emitidas pelo ente ao qual eram os respectivos instituidores vinculados. 13. Verifica-se que: (i) a certidão carreada pela impetrante/apelante **Ivone Jovelina da Silva Dias** (fls. 24) contempla vantagem como "Insalubridade"; e (ii) a certidão carreada pela impetrante/apelante **Maria do Carmo das Chagas** (fls. 45) contempla vantagens como "Gratificação de Risco de Vida" e "Hora Extra Noturna". 14. É certo, porém, que tais vantagens apenas se incorporavam aos proventos ou integravam definitivamente os vencimentos em circunstâncias específicas, não demonstradas ou sequer alegadas nos presentes autos. 15. Não são ditas vantagens inerentes aos cargos dos instituidores, mas decorrentes do exercício de certas atividades especiais ou das atribuições normais do cargo em condições especiais, pelo que, em princípio, são transitórias e retiráveis (*propter laborem*), razão pela qual não se visualiza a plausibilidade do pleito em relação a essas vantagens. 16. Por outro lado, verifica-se que mesmo com a exclusão das parcelas referentes a tais vantagens, as impetrantes/apelantes **Ivone Jovelina da Silva Dias e Maria do Carmo das Chagas** vêm percebendo suas pensões em valores inferiores ao devido, conforme se vislumbra dos demonstrativos de pagamento de pensão acostados pelas mesmas (fls. 20/22, e 41/42). 17. Verifica-se, por fim, que os documentos carreados pelas impetrantes/apelantes **Maria de Lourdes da Silva, Maria Augusta Lopes da Silveira, Maria do Socorro Sales Ramos e Vera Lúcia Soares Alexandre** não fazem referência a qualquer vantagem de natureza *propter laborem*, razão pela qual tem-se por inequívoca a violação do direito à integralidade/paridade das pensões por morte a elas cabíveis. 18. Apelo parcialmente provido em ordem a (i) afastar o comando sentencial de extinção do processo sem resolução do mérito, e, em seqüência, mediante aplicação do direito à espécie (com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC), (ii) conceder parcialmente a segurança, assegurando às impetrantes/apelantes o direito à percepção de pensão integral e paritária, excluindo-se, todavia, das pensões das apelantes **Ivone Jovelina da Silva Dias e Maria do Carmo das Chagas** o pagamento das vantagens denominadas "Insalubridade", "Gratificação de Risco de Vida" e "Hora Extra Noturna", que têm caráter *propter laborem*. 19. Decisão unânime.

Argui a embargante, em suas razões recursais, que: (i) o acórdão recorrido estaria cívado por omissões, diante do que necessário seria o seu esclarecimento para fins de prequestionamento explícito, possibilitando-se o acesso às instâncias superiores, a teor das súmulas 282 e 356 do STF; e (ii) o acórdão impugnado não se manifestou expressamente acerca da aplicação ao caso em tela dos seguintes dispositivos constitucionais: arts. 1º e 18 - tendo em vista a ocorrência de ofensa aos princípios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

16
120

federativo e da autonomia dos entes políticos; e § 5º, 7º e 8º do art. 40 – eis que a vantagem da “gratificação pó de giz” (fls. 59 da AC nº 0193451-8), concedida a embargada Maria do Socorro Sales Ramos, teria sido outorgada apenas aos servidores ativos que exercessem atividades específicas.

É o essencial a relatar.

Aplica-se à espécie o princípio *tempus regit actum*, pela razão evidente de que, à época dos óbitos, os instituidores das pensões em lume, não obstante servidores municipais, eram vinculados ao sistema previdenciário estadual.

É irrelevante, pois, no que tange à esfera jurídica dos pensionistas embargados, que os Municípios empregadores não mais estejam repassando para a autarquia embargante as respectivas contribuições patronais, em função da derrogação legal dos convênios anteriormente existentes para esse fim.

Essa questão é estranha ao vínculo formado entre os pensionistas e a autarquia previdenciária **por ocasião dos eventos morte**.

Por outro lado, é incontroverso o fato de que quem vêm pagando as pensões em tela (em confissão implícita de responsabilidade, eis que juridicamente impossível cogitar de liberalidade por parte de ente público) são as autarquias previdenciárias (FUNAPE/IRH), sendo certo, consoante assinalado na decisão embargada, que “a definição do respectivo quantum, em correspondência com o valor integral das remunerações que receberiam os servidores falecidos, se vivos estivessem, por força do direito à paridade, revela-se mera decorrência lógico-jurídica da obrigação-base”.

Registro, também, que não vislumbro na Lei Federal nº 9.717/98 vedação de pagamento, por autarquia previdenciária estadual, de pensões de servidores municipais, concedidas (ou com direito adquirido à concessão) anteriormente à sua vigência, uma vez que aquele diploma legal, como a generalidade das leis, destina-se a reger fatos futuros, e não a alterar situações jurídicas já anteriormente consolidadas.

Tanto assim é que o próprio art. 10 daquela norma assevera que os instituidores dos regimes próprios de previdência social assumirão integralmente, no caso de sua extinção, “a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social”.

Com efeito, as autarquias previdenciárias estaduais são responsáveis pelo pagamento das pensões aos servidores municipais.

Daí a incidência e a aplicação correta, no caso, do art. 40, e seus correspondentes parágrafos, da Constituição Federal.

Ainda no ponto, ressalto vantagem conhecida como “gratificação pó de giz” (fls. 59 da AC nº 0193451-8) deriva do **exercício normal das atribuições próprias do cargo de professor**, razão pela qual não tem natureza *propter laborem*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

17
1
121

Deve, pois, compor os valores da pensão da embargada Maria do Socorro Sales Ramos.

Finalmente, no tocante à alegação de ofensa aos princípios federativo e da autonomia dos entes políticos, sobre os quais dispõem os arts. 1º e 18 da Carta Constitucional, observo que a obrigação de pagamento de pensão integral e paritária nada tem de ofensiva ao equilíbrio federativo, por ser característica mesma do próprio sistema previdenciário, no regime antecedente (aplicável à espécie) a vinculação, por efeito reflexo, das obrigações do ente pagador (autônomo do ponto de vista administrativo e financeiro) em relação à política remuneratória da entidade empregadora, independentemente de ser esta municipal ou estadual.

Nada obstante os aspectos aqui explicitados, certo é que a decisão embargada, além de clara em seus próprios termos, está assentada em fundamentos suficientes.

Nesse quadro, tenho por inexistentes as omissões apontadas nos presentes embargos, razão pela qual deles conheço para fins de prequestionamento, porém nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 4 de fevereiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator